

Trabalho e gênero: aportes para o debate da questão social

Work and gender: contributions to the debate of social problem

REGINALDO GUIRALDELLI*



RESUMO – Este artigo pretende de forma sucinta apresentar algumas concepções acerca das categorias trabalho e gênero, situando esta discussão no campo do Serviço Social e das áreas das Ciências Sociais e Humanas, de forma a aproximar o leitor dos sentidos e significados destas categorias na vida social, além de problematizar algumas convergências e divergências conceituais no campo destas temáticas, objetivando suscitar reflexões e estimular o debate nos diversos campos do saber. De maneira aproximativa, também se objetiva trazer para a pauta do Serviço Social a abordagem dos respectivos assuntos tendo como fio condutor a questão social e suas múltiplas manifestações, compreendendo que trabalho e gênero, enquanto temas transversais constituintes e constitutivos da história da humanidade também se expressam e se revelam nas tensas relações sociais em que se dá a luta de classes.

Palavras-chave – Trabalho. Gênero. Questão social.

ABSTRACT – This article aims to briefly present some ideas about work and gender categories, placing this discussion in the field of Social Work and the Social Sciences and Humanities, in order to move the reader senses and meanings of these categories in social life, and to problematize some conceptual convergence and divergence of these issues in the field, aiming to generate ideas and stimulate discussion in various fields of knowledge. So rough, it also aims to bring to the forefront of social work approach their subjects with the guiding principle the social question and its multiple manifestations, including that work and gender as cross-cutting themes and constitutive components of human history are also expressed and reveal themselves in tense social relations that gives the class struggle.

Keywords – Work. Gender. Social problem.

* Assistente Social, mestre e doutor em Serviço Social pela UNESP/Franca-SP. Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, Brasília – DF, Brasil. *E-mail:* reginaldog@unb.br
Submetido em: setembro/2011. Aprovado em: novembro/2011.

A categoria trabalho e as relações de gênero têm sido temas de análises e reflexões no campo das Ciências Humanas e Sociais nas últimas décadas e ganhado *corpus* teórico de suma relevância para a compreensão das determinações societárias frente aos desdobramentos da questão social.¹ É válido salientar que inúmeros foram os estudos realizados até o presente momento versados a tais problemáticas e que trouxeram contribuições incontestes para a produção do conhecimento científico.

Para tanto, a ênfase deste artigo é apresentar algumas acepções teóricas acerca das temáticas sobre trabalho e gênero presentes na cena contemporânea como expressões da questão social, partindo da premissa de que o trabalho, compreendido como atividade essencialmente humana, é responsável pela criação da realidade dos homens/mulheres e contribui como elemento organizador da vida societária, seja para suprir as necessidades fundamentais de sobrevivência ou para atender aos requisitos configurativos da ordem do capital, na qual assume sua dimensão abstrata.

Na concepção materialista histórica, o trabalho, na sua dimensão concreta, representa a condição eterna e natural da existência humana, sendo que é nessa relação que se tem o metabolismo entre os seres humanos e a natureza,² além de ser nesse processo que se manifesta a diferença entre espécie animal e gênero humano.³

No mais, o trabalho como resultado da combinação de ideação e objetivação precisa ser situado no processo histórico como momento *por excelência* do surgimento do ser social, pois é pelo trabalho que o homem deixa seu estado de animalidade (ser biológico) para interagir em caráter de cooperação com outros homens em uma rede de sociabilidade, ou seja, pode-se constatar que foi pelo trabalho que a humanidade se constituiu.

Na concepção de Antunes (2004, p. 13), o trabalho é muito mais do que a fonte de toda a riqueza, sendo também a condição basal e fundamental de toda a vida humana, podendo afirmar que o trabalho criou o próprio homem.⁴

Sendo assim, é mister considerar que,

O trabalho é constitutivo do ser social, mas o ser social não se reduz ou esgota no trabalho. [...] No ser social desenvolvido, verificamos a existência de esferas de objetivação [...] que transcendem o universo do trabalho. [...] A práxis [...] inclui todas as objetivações humanas [...] e [...] revela o homem como ser criativo e autoprodutivo: ser da práxis, o homem é produto e criação da sua autoatividade, ele é o que (se) fez e (se) faz. Mas da práxis não resultam somente produtos, obras e valores que permitem aos homens se reconhecerem como autoprodutores e criativos. [...] a práxis pode produzir objetivações que se apresentam aos homens não como obras suas, como sua criação, mas, ao contrário, como algo em que eles não se reconhecem, como algo que lhes é estranho e opressivo (BRAZ; PAULO NETTO, 2007, p. 43-44).

Nesse raciocínio, no atual estágio pautado em um modo de produção sob a regência do capital, verifica-se a cisão entre os trabalhadores e seus instrumentos de trabalho, pois,

O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida em que o trabalho se realize de maneira apropriada e em que se apliquem adequadamente os meios de produção, não se desperdiçando matéria-prima e poupando-se o instrumental de trabalho, de modo que só se gaste o que for imprescindível à execução do trabalho. [...] o produto é propriedade do capitalista, não do produtor, o trabalhador (MARX, 2006, p. 219).

Com isso, o que se observa é um processo de subsunção real do trabalho pelo capital, que outrora se consistia em uma subsunção formal.

De acordo com as inferências de Alves (2007, p. 34), na subsunção formal do trabalho ao capital, o trabalho vivo ainda é o expoente ativo que produz o valor, mesmo sob condições alienadas/estranhadas⁵ e na dimensão abstrata do trabalho.

Já na fase de subsunção real do trabalho ao capital, ainda com base nos pressupostos de Alves (2007, p. 43), verifica-se a constituição de um sistema automatizado de máquinas e,

Deste modo, a passagem da subsunção real do trabalho ao capital, com o surgimento da nova base técnica do capital, com sua forma tecnológica voraz, abole apenas tendencialmente o trabalho vivo. Ela se expressa na substituição no interior da indústria (e dos serviços) capitalista, de trabalho vivo por trabalho morto (um dos componentes do crescente desemprego estrutural) (ALVES, 2007, p. 47).

Nesse sentido, o desenvolvimento técnico-científico contribuiu apenas para dominar as capacidades objetivas e subjetivas dos indivíduos, visto que esses perdem sua autonomia no processo de trabalho frente ao quadro de desemprego estrutural⁶ instaurado e mediante a fragilidade de organizações coletivas do conjunto de trabalhadores. Tal processo é resultante desse conjunto de fatores que implicaram na redução do trabalho vivo (capital variável) em detrimento da expansão de trabalho morto (capital constante).⁷

Ademais, o que se observa é que o mundo do trabalho é uma das dimensões que circundam a vida da humanidade e as transformações engendradas em seu interior, traz implicações para o conjunto da sociedade, fato verificado na atual conjuntura.

No âmago dessa reflexão, inúmeras são as obras produzidas nos últimos anos acenando para o “fim de um tempo”, ou seja, o fim do trabalho e da história, em decorrência de uma crise e de uma desagregação da sociedade regulada pelo trabalho industrial, formal e assalariado.

Na contracorrente desse movimento, diversos pensadores, no conjunto das Ciências Humanas e Sociais, passam a contestar tal posicionamento, visto que seria impossível pensar no fim da sociedade do trabalho, mesmo em tempos de precarização, já que grande parte dos indivíduos ainda necessita vender sua força de trabalho, suas habilidades e seus conhecimentos para o mercado em troca de salários que atendam suas necessidades básicas de sobrevivência.

Nesse horizonte, algumas obras escritas e disseminadas por alguns pensadores têm provocado o debate acerca da centralidade do trabalho para a vida social. Dentre eles destacam-se André Gorz (1987), Claus Offe (1994), Domênico De Masi (2000), Jeremy Rifkin (1995), Jürgen Habermas (1987), Robert Castel (1998) e Ricardo Antunes (1999; 2004; 2007).

Conforme atesta Gorz, Offe, De Masi, Rifkin e Habermas, em contraposição às ideias de Castel e Antunes, o trabalho, hoje, já não seria mais o eixo central da vida em sociedade.

De acordo com Gorz (1987) e Offe (1994), no capitalismo contemporâneo o trabalho perdeu sua centralidade sociológica, apresentando uma confusão analítica acerca de uma suposta crise do emprego que equiparam a uma crise do trabalho, o que contribui para desmontar e negar a luta de classes e as formas de sociabilidade. Além do mais, quando os autores recusam o trabalho como o epicentro da vida societária na contemporaneidade, negam também a constituição ontológica do ser social, pois as sociedades se produzem e reproduzem no decorrer da história pelo trabalho humano.

Gorz (1987) afirma que a classe trabalhadora de hoje não é mais aquela analisada por Marx no século XIX, em um cenário marcado pelo surgimento do movimento operário e sindical. Para ele, o

trabalhador não tem mais o domínio do processo produtivo em sua totalidade, pois se tornou um especialista. Outro ponto mencionado pelo autor diz respeito ao declínio do trabalho assalariado frente à questão do desemprego, do trabalho incerto e em tempo parcial, reforçando, assim, sua abordagem do fim da centralidade ontológica do trabalho.

Seguindo a mesma perspectiva analítica, Offe (1994) chama atenção para um momento de perda da materialidade do trabalho frente à expansão dos serviços, pois, segundo o autor, nesse setor não é possível mensurar produtividade, como ocorre no ramo industrial. Diante disso, sustenta a tese de que o trabalho já não é o eixo basal de organização das estruturas sociais.

Na mesma direção, Habermas (1987), com sua teoria do agir comunicativo e analisando o mundo da vida, corrobora também para o fim da centralidade do trabalho. Para Habermas, torna-se imprescindível pensar uma teoria social que relacione trabalho e interação sem cair no reducionismo do materialismo histórico, que para ele está superado.

Para o pensamento habermasiano, “[...] a esfera da interação social, da ação comunicativa, é o *metrum* para medir a evolução social, o processo de racionalização, e não o desenvolvimento das forças produtivas” (TEIXEIRA; FREDERICO, 2008, p. 62). Habermas propõe uma mudança paradigmática no campo das Ciências Sociais em que o trabalho, enquanto epicentro da vida social, seja substituído pela intersubjetividade linguística.

Em sua obra *O ócio criativo*, o pensador italiano Domênico De Masi (2000) apresenta a ideia de que somente com a diminuição do trabalho e a ampliação do tempo livre os seres humanos poderão ser felizes e prósperos. É no momento do ócio que o indivíduo pode ter qualidade de vida e, segundo o autor, o tempo livre nessa perspectiva seria a possibilidade de convívio entre as pessoas, do estreitamento das relações de amizade, amor, aventura, repouso e espaço de dedicação à estética, erotismo, viagens, cultura, meditação, práticas desportivas, ou seja, atividades cotidianas que merecem sentido.

Já o estadunidense Rifkin (1995) retrata o trabalho de forma pessimista e catastrófica diante da eliminação e substituição da força humana por máquinas inteligentes, num quadro de sofisticação técnica e científica. Considera o desemprego um fato inexorável e constata em sua obra, *O fim dos empregos*, que houve uma significativa redução dos empregos ao mesmo tempo em que os rendimentos das empresas cresceram. Nessa realidade, tanto os trabalhadores não qualificados quanto os qualificados são atingidos em decorrência da automação e informatização. Na fase de surgimento e expansão da robótica, dos microcomputadores e da disseminação de *softwares*, os domínios da mente já foram apropriados e o que se tem hoje são “máquinas inteligentes” com funções gerenciais e administrativas, capazes de controlar os fluxos de produção. O autor reforça que a intervenção humana vem sendo descartada nos diversos espaços produtivos frente às determinações da reengenharia, caracterizada pela adoção de técnicas e formas de gestão no trabalho, com o intuito de reduzir os salários, os encargos trabalhistas e desmontar os sindicatos, além de gerar uma série de empregos de caráter contingencial e provocar danos irreparáveis na vida dos trabalhadores.

Na contracorrente destas análises, conforme estudos de Teixeira e Frederico (2008), Antunes (1999) e Castel (1998), as teses defendidas por Gorz, Offe, Rifkin, De Masi e Habermas são insustentáveis, pois o quadro atual da sociedade capitalista é de uma tendência crescente de intensificação do trabalho, controle das atividades produtivas e mercantilização da força de trabalho com predomínio das formas de assalariamento, contribuindo para o culto à sociedade do consumo, na qual a população se torna, cada vez mais, alvo do fetichismo mercadológico. Portanto, é impossível atestar a “morte” do trabalho em tempos de uma crise da sociedade do trabalho em sua dimensão abstrata. Já o trabalho em sua dimensão concreta jamais deixará de ser essencial para a sociabilidade humana, pois é por ele que ocorre a interação do homem com a natureza e, dessa forma, os seres humanos satisfazem suas necessidades de sobrevivência. Em suma, o trabalho, em seu sentido ontológico, não deixou de ser a categoria fundante da vida em sociedade.

Outrossim, o processo de trabalho não significa meramente o ato de produzir, mas também possibilita as relações de convivência, trocas de experiências e cooperação, ou seja, pelo trabalho os indivíduos constituem suas redes identitárias, suas subjetividades e estabelecem suas formas de sociabilidade.

Portanto, ao longo da história, o trabalho, seja ele intelectual ou manual, para estabelecer relações sociais, produzir ou reproduzir e atender as satisfações humanas, sempre foi realizado por homens e mulheres, sendo um atributo imanente à espécie humana.

Para Antunes (1999; 2007), a classe trabalhadora de hoje é complexa, fragmentada e heterogênea, compreendendo a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho em forma de assalariamento para sobreviverem, sendo despossuídos dos meios de produção. Essa classe trabalhadora é constituída de homens, mulheres, jovens, idosos, brancos, negros, imigrantes, trabalhadores rurais, urbanos, parciais, informais e os próprios desempregados.

Nesse sentido, o que vislumbramos na atualidade é que o trabalho, no contexto do capital financeiro mundializado, se apresenta em muitos momentos como um mecanismo que satisfaz as necessidades humanas imediatas e contribui para a sobrevivência familiar, ou seja, se apresenta como possibilidade de consumo de mercadorias, bens e serviços, além de atender determinados anseios individuais incitados pela cultura mercantil fetichizada, e não como uma atividade direcionada à criação e à liberdade, que provoca rupturas e superações. Ou seja, o trabalho entendido como categoria constituinte e constitutiva do ser social, em sua forma concreta, assume na era do capital fetiche sua feição abstrata, que, ao contrário, aliena e aprisiona os seres humanos nos ardis ideológicos da sociabilidade burguesa.

Proseguindo nessa concepção, cabe considerar que diante da dimensão e da configuração do mundo do trabalho na atualidade, é elementar situar as relações de gênero no conjunto desse debate, visto que apenas algumas investigações e pesquisas têm abordado a questão de gênero no âmbito do trabalho, pois os reflexos das transformações oriundas nos últimos tempos no mundo do trabalho não são iguais e nem tem o mesmo alcance e significado para homens e mulheres. Assim, torna-se necessário trazer para a pauta da discussão atual a problematização das relações de gênero e suas interconexões com o trabalho tendo como pano de fundo as múltiplas expressões da questão social.

Pensar as relações sociais de gênero na organização do trabalho implica considerar a produção social da existência humana como resultante da intervenção dos dois gêneros na natureza, ou seja, o masculino e o feminino. Para tanto, cabe destacar que tal constatação ocorre de forma desigual nessa produção social, seja no que se refere à distribuição dos grupos na divisão social e sexual do trabalho, seja nas responsabilidades atribuídas aos homens e mulheres, tendo em vista as marcas de uma sociedade sexista,⁸ classista e racista.

Ao propor a discussão sobre as relações de gênero é válido sublinhar que a história da humanidade é pautada por hierarquias e desigualdades entre homens e mulheres, pois a própria literatura reforçava as relações de submissão do sujeito feminino. Basta mencionar a obra de Jules Michelet, *O amor*, de 1858, em que o escritor francês retrata a figura feminina como aquela que “[...] carrega o fardo de uma pesada fatalidade. Ela mostra suas feridas durante a menstruação, e as confirma nas dores do parto” (GONÇALVES, 2006, p. 47).

Com isso, as obras literárias escritas nos séculos passados por filósofos, cientistas e historiadores de todo o mundo contribuíram, sumariamente, para assegurar a inferioridade da mulher em detrimento da superioridade masculina, tendo em vista que a história narrada era pautada na perspectiva androcêntrica e eurocêntrica, ou seja, a do homem branco.

Mas é com a Escola dos Annales, movimento historiográfico francês, que a história das mulheres ganha visibilidade e outra linha de compreensão, incorporando a mulher como sujeito histórico, tendo como temas mais recorrentes a presença feminina no mercado de trabalho, visto que sua força de

trabalho no período inicial de industrialização foi imprescindível, juntamente com o trabalho infantil, para sustentar a lógica de acumulação do capital, em especial na indústria têxtil.

Nessa perspectiva, é importante contextualizar o ingresso maciço de mulheres no mundo do trabalho e a emergência do movimento feminista, assunto pouco explorado no campo sociológico até os anos 1950 e 1960. Além do mais, o intuito da introdução da categoria gênero para a análise das dimensões e configurações presentes no mundo do trabalho é crucial no sentido de questionar as elaborações teóricas no campo das Ciências Sociais que enfatizam o trabalhador homem, de forma masculinizada, universalizante e heteronormativa, o que remete a uma desconsideração das desigualdades sócio-históricas relacionadas ao sexo e às diversidades.

Tendo em vista o enunciado, as condições de trabalho e emprego, as formas de inserção em diversas atividades do processo produtivo, as posições e ocupações no espaço da produção, vão ocorrer de forma diferenciada a partir da consideração do sexo dos trabalhadores, já que os papéis masculinos e femininos são definidos *a priori*, como o espaço da produção destinado aos homens e o espaço da reprodução destinado às mulheres.

Partindo da base conceitual desse campo de conhecimento, as pesquisas francesas têm adotado discussões acerca das relações sociais de sexo, enquanto pesquisadores americanos e ingleses utilizam como eixo analítico o conceito de gênero. O termo francês tem raiz no materialismo histórico dialético, enquanto o conceito de gênero está relacionado ao pós-estruturalismo. Porém, ambos rompem com a concepção organicista e binária de homem e mulher.

De acordo com Neves (2000, p. 174),

As relações entre homens e mulheres são vividas e pensadas enquanto gênero masculino e feminino. Essas relações não implicam apenas diferenças, mas assimetrias, hierarquias que expressam relações de poder dispersas e se constituindo em redes nas diferentes esferas da sociedade.

Segundo Kergoat (1996) as relações sociais de sexo, como categoria social e histórica inscrita em formas de poder que estabelece papéis diferenciados e hierarquizados entre homens e mulheres, antecedem a divisão sexual do trabalho e, Souza-Lobo (1991), aponta que tal divisão se manifesta não somente na divisão de afazeres e tarefas, mas também resulta em desigualdade no espaço do trabalho. Na concepção de Kergoat (1996), ao referendar a problemática das relações sociais de sexo parte-se da premissa de desconstruir as justificativas biologizantes por meio de rupturas com modelos universais.

Com isso, a categoria gênero se desenvolveu nas últimas décadas com base nas teorias científicas das feministas, que buscavam compreender a dinâmica societária a partir das desigualdades estabelecidas entre os sexos e como tal prerrogativa contribuía para reforçar hierarquias, privilégios, assimetrias e dominação de um grupo social em detrimento do outro, ou seja, dos homens pelas mulheres. Assim, tais abordagens sobre a questão de gênero saem do reduto biologista e ganham relevo no âmbito acadêmico, assumindo tal discussão como constructo social, histórico, simbólico e cultural no cerne de uma realidade antagônica e contraditória.⁹

Apesar da discussão acerca da questão de gênero ganhar fôlego e densidade no cenário de emergência do movimento feminista,¹⁰ isto é, a partir de uma dimensão política, é salutar ponderar que gênero não é sinônimo de mulher, o que pode gerar análises equivocadas acerca do tema como substitutivo de mulher e até mesmo negar as representações do masculino, já que só é possível fazer uma análise da questão feminina em relação com a questão masculina por não serem polos dicotômicos.

Nesse sentido, na concepção de Saffioti (2004, p. 116),

[...] gênero diz respeito às representações do masculino e do feminino, a imagens construídas pela sociedade a propósito do masculino e do feminino, estando inter-relacionadas. Ou seja, como pensar o masculino sem evocar o feminino? Parece impossível, mesmo quando se projeta uma sociedade não ideologizada por dicotomias, por oposições simples, mas em que masculino e feminino são apenas diferentes.

Portanto, o termo gênero é utilizado e adotado para compreender e apreender a trama das relações sociais em que se encontram envolvidos homens e mulheres, independente de etnia, credo, geração, nacionalidade, orientação sexual ou classe. Em síntese, gênero engloba todos os seres humanos em relação social, que pode estar permeada por relações de poder, dominação, exploração, opressão e perpassada pela esfera pública ou privada, em tempos e espaços distintos.

Tais relações de dominação, opressão, poder e exploração presumem obediência e subalternidade, ou seja, são construídas a partir de relações entre, no mínimo, dois indivíduos.

Nesta ótica, a perspectiva de gênero perpassa todas as esferas da vida social, podendo ser representada, construída, questionada, apropriada ou reproduzida nos diversos espaços sócio-institucionais como a escola, a igreja, os sindicatos, os meios de comunicação de massa, os movimentos sociais, a família e, também, pode ser reflexo de atitudes e ideias disseminadas nas relações sociais estabelecidas entre os diversos grupos societários.

Nas fundamentações de Saffioti (2004, p. 44-45), as abordagens de gênero no campo científico se disseminaram nos anos 1990 no Brasil e se utiliza a terminologia gênero como forma de negar o *essencialismo biológico* na análise das relações sociais entre os sexos. A autora sustenta que gênero não se resume a uma categoria analítica, mas também é histórica e ontológica, por representar a construção social do masculino e do feminino, não necessariamente pautada em uma relação desigual e hierarquizada. Outro elemento abordado pela autora diz respeito à dicotomia existente entre sexo e gênero, sendo um situado no plano da natureza e da biologia e o outro no plano da cultura e da sociedade. Tal dualismo deve ser rompido por entender sexo e gênero como unidade, pois “[...] não existe uma sexualidade biológica independente do contexto social em que é exercida” (SAFFIOTI, 2004, p. 108-109).

Ainda baseado nos apontamentos de Saffioti (2004, p. 110), corre-se o risco de cair em um *essencialismo sociocultural* quando se nega, também, a estrutura biológica do indivíduo, ou seja, o corpo, pois o ser humano é resultante de uma totalidade que abarca tanto os elementos da natureza e da biologia, como da sociedade, cultura, economia, política e ideologia.

Sendo assim, Saffioti (1999, p. 157) atesta que não se pode negar a contribuição histórica e reflexiva de Simone de Beauvoir, precursora do conceito de gênero (mesmo sem fazer tal conceituação), em sua obra provocativa, polêmica e, muitas vezes criticada, *O Segundo Sexo*, que traz reflexos até os dias atuais em termos de produção científica, discussões, debates e legislações no que se refere ao tema.

O que se observa é que não devem ser incorporados aos estudos de gênero recortes e fragmentos de uma realidade, visto que gênero congrega as complexidades do masculino e do feminino numa relação de interação social e estruturas de poder. Com isso, reduzir a perspectiva de gênero ao mero estudo das construções e representações da masculinidade ou da feminilidade seria cair em um retrocesso e em leituras limitadas e equivocadas acerca desta categoria.

Outro aspecto que merece ser ressaltado e que se faz presente em muitos estudos é a vitimização da mulher, analisando o segmento feminino como um grupo uniforme, negando avanços e conquistas desse segmento ao longo dos anos nas diversas esferas da sociedade. Por isso, compreender a presença feminina na esfera pública e privada é ao mesmo tempo fazer uma leitura do movimento do real, capturando e apreendendo suas contradições, determinações e especificidades sob o prisma da totalidade.

Portanto, mediante o que foi esboçado, ao se abordar a categoria trabalho e as relações sociais de gênero, fica evidente compreendê-las e apreendê-las como manifestações da questão social, engendrada no século XIX como reflexo do confronto entre as condições objetivas de trabalho (meios de produção) e as condições subjetivas de trabalho (meios de subsistência), ou seja, as contradições presentes na relação capital *versus* trabalho, mediante as situações concretas de pauperismo, miserabilidade e exploração advindas da dinâmica acumulativa do capital.

Nesse quadro, os trabalhadores se organizam, mobilizam e se rebelam em busca de objetivos comuns, com vistas à garantia de direitos e reconhecimento coletivo. Como exemplos podem ser citados vários acontecimentos ocorridos entre os séculos XIX e XX, como o ludismo, o movimento operário, o sindicalismo e algumas greves realizadas por diversos segmentos de trabalhadores. Isso também pode ser identificado nas análises sobre gênero e sua relação com a questão social. Sabendo que gênero é um constructo social, histórico e ontológico para compreender as relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres, sem distinção de orientação sexual, credo, etnia ou geração, tais relações ainda se dão de forma hierarquizada, pautadas em submissão, dominação, desigualdades e práticas discriminatórias. Diante desse quadro, os sujeitos envolvidos nesses processos sociais não são pacíficos e inertes, mas históricos e políticos, que protestam, contestam o estabelecido e encampam lutas sociais frente às situações apresentadas. Com isso, ingressam na cena política exigindo direitos, reconhecimento e legitimidade na sociedade e, como exemplos, podem ser citados os movimentos sociais, como o feminista, o negro, o movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros, de trabalhadoras rurais, como é o caso da “Marcha das Margaridas”, dentre inúmeros outros que clamam por visibilidade, respeito, igualdade e liberdade.¹¹

Destarte, ao fazer alusão ao trabalho e gênero como faces da questão social, é importante destacar que no Brasil as primeiras décadas do século XX, em especial as décadas de 1920 e 1930, são emblemáticas por apresentarem momentos marcantes na história do movimento operário do país, pois diante de inúmeras mobilizações, reivindicações e greves, a questão social torna-se uma preocupação para o Estado e para o empresariado e, com isso, são elaboradas as primeiras medidas de legislação trabalhista, considerando que até o respectivo marco histórico a questão social era solucionada pela força e repressão policial. Sob a roupagem de uma classe patronal “protetora” e “preocupada” com seus trabalhadores, um dos principais objetivos dos detentores dos meios de produção eram o controle e a disciplina tanto do trabalhador como de seus familiares. As medidas tomadas pelo patronato e pelo Estado oscilavam entre um caráter paternalista e, ao mesmo tempo, repressor. A partir dessa fase são criadas entidades de defesa dos interesses dos trabalhadores e são tomadas

[...] algumas medidas de assistência social, postas em prática por alguns industriais: instalação de farmácias, seguro contra acidentes, assistência médica, habitações e uma escola para os filhos dos operários. [...] estas medidas de caráter assistencial relativas à saúde do trabalhador e às condições de trabalho eram ainda muito limitadas [...] (RAGO, 1997, p. 34).

Com isso, buscava-se transmitir a imagem de uma classe patronal sensibilizada com seus trabalhadores e com seus familiares ao garantir-lhes o acesso a certos “benefícios” sociais. Vale destacar que é neste contexto que surgem as primeiras escolas de Serviço Social como forma de atender essas demandas emergentes e atuar com as políticas sociais ditadas pelo Estado Vargas como forma de remediar e apaziguar as tensões e a luta de classes presentes no cenário da época e reveladas com as inúmeras evidências da questão social.

Por fim, ao propor apreender tais acepções acerca das relações de gênero e do mundo do trabalho, torna-se imprescindível situar tais discussões no cenário regulado pelo capital, cujo sistema tem tido inúmeras ressonâncias e provocado diversos significados para a compreensão da realidade social, tendo em vista a crise estrutural do capitalismo mundializado.

Na atualidade, o quadro apresentado é de uma heterogeneidade, fragmentação e complexificação dos trabalhadores (ANTUNES, 2007), pois padecem das vicissitudes do trabalho, seja em seu caráter precarizado, terceirizado, temporário, subcontratado e marcado pela instabilidade.

O crescimento desenfreado do desemprego em dimensão estrutural, os cortes salariais, o não cumprimento dos direitos outrora assegurados e conquistados pelos trabalhadores e o desmonte das políticas públicas de cunho universalista expressam as evidências agravantes da questão social, engendrada no processo de acumulação do capital, que se desdobra no decurso histórico e passa a ter alguns contornos particulares diante das determinações do capital financeiro sob a chancela da internacionalização econômica. Nos dizeres de Yamamoto (2008, p. 111),

O capital internacionalizado produz a concentração da riqueza, em um polo social (que é, também, espacial) e, noutro, a polarização da pobreza e da miséria, potenciando exponencialmente a lei geral da acumulação capitalista, em que se sustenta a questão social.

O pano de fundo do sistema capitalista está em traduzir a desigualdade entre o desenvolvimento econômico e social, pois este gera uma crescente pobreza em detrimento da concentração e centralização de capital, destituindo uma ampla camada da população do acesso aos direitos sociais e criando obstáculos para a construção de uma sociedade em que se efetive a liberdade, a justiça, a democracia e a igualdade.

Referências

- ALVES, Giovanni. *Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho*. 2. ed. Londrina: Práxis, 2007.
- _____. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ANTUNES, Ricardo (Org.). *A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- _____. *Adeus ao trabalho?: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- _____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BRAZ, Marcelo; PAULO NETTO, José. *Economia política: uma introdução crítica*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- DE MASI, Domênico. *O ócio criativo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. *História e gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- GORZ, André. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- HABERMAS, Jürgen. *Técnica e ciência como ideologia*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2009.
- HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 17/18, p. 139-156, 2002.
- _____. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. *Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho*, São Paulo, ano 4, n. 7, p. 5-27, 1998.
- _____; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.
- IAMAMOTO, Marilda V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- KERGOAT, Daniele. *Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Livro I, v. 1. 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

- MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MORENO, Monserrat. *Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola*. São Paulo: Moderna, 1999.
- NEVES, Magda de Almeida. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. Campinas: ABEP: NEPO: UNICAMP, ed. 34, 2000. p. 171-185.
- OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- POCHMANN, Márcio. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930)*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio (Org.). *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos: o declínio dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo: Makron Books, 1995.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- _____. Rearticulando gênero e classe social. In: BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina de O. (Org.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 183-215. (Fundação Carlos Chagas).
- _____. Primórdios do conceito de gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 12, p. 157-163, 1999.
- SANTANA, Marco Aurélio. O mundo do trabalho em mutação: as reconfigurações e seus impactos. *Cadernos IHU Ideias*, São Leopoldo, ano 3, n. 34, p. 1-22, 2005.
- SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 173-186, jan./abr. 2008.
- SORJ, Bila. Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 25-34, jun. 2000.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- TEIXEIRA, Francisco; FREDERICO, Celso. *Marx no século XXI*. São Paulo: Cortez, 2008.

¹ A questão social é resultante das relações antagônicas entre capital e trabalho que se desdobram na primeira metade do século XIX e passa a exigir dos trabalhadores mecanismos de organização, mobilização e pressão frente aos setores dominantes mediante a perversidade da lógica capitalista que se consolidava. Tais manifestações se consistiam na luta e reivindicação por direitos, além de alertar a sociedade da época para as condições de pauperismo que grande parte daqueles que vendiam sua força de trabalho em troca de salário estavam submetidos. A emergência da questão social foi o que deu base para o surgimento do Serviço Social, sendo considerada objeto *por excelência* de investigação e intervenção da profissão.

² A natureza tida como unidade de uma totalidade complexa é entendida pelo “[...] conjunto dos seres que conhecemos no nosso universo, seres que precederam o surgimento dos primeiros grupos humanos e continuaram a existir e a se desenvolver depois desse surgimento. Ela se compõe de seres que podem ser agrupados em dois grandes níveis: aqueles que não dispõem da propriedade de se reproduzir (a natureza inorgânica) e aqueles que possuem essa propriedade, os seres vivos, vegetais e animais (a natureza orgânica)” (BRAZ; PAULO NETTO, 2007, p. 35).

³ Cabe mencionar a passagem da obra *O Capital*, onde Marx dissocia o homem das demais espécies animais: “Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador” (MARX, 2006, p. 211-212), ou seja, a partir da capacidade teleológica/projetiva de propor finalidades (ideação) dos homens tem se o processo de objetivação, ou seja, um objeto externo surge como resultado do que foi previamente idealizado.

⁴ Depois do trabalho e com ele surge a linguagem articulada. Desenvolve-se o cérebro e os órgãos dos sentidos. A seguir surge a sociedade, que representa “[...] os modos de existir do ser social; é na sociedade e nos membros que a compõem que o ser social existe: a sociedade, e seus membros, constitui o ser social e dele se constitui” (BRAZ; PAULO NETTO, 2007, p. 37, grifo dos autores). Com a cooperação humana, as atividades vão se complexificando e o trabalho se aperfeiçoando. Desenvolve-se o comércio e posteriormente surgem as nações, Estados e a religião.

⁵ “[...] a alienação é própria de sociedades onde têm vigência a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção fundamentais, sociedades nas quais o produto da atividade do trabalhador não lhe pertence, nas quais o trabalhador é expropriado – quer dizer, sociedades nas quais existem formas determinadas de exploração do homem pelo homem. [...] a alienação penetra o conjunto das relações sociais [...] marca as expressões materiais e ideais de toda a sociedade [...] e [...] deixam de promover a humanização do homem [...]” (BRAZ; PAULO NETTO, 2007, p. 45). Na análise de Antunes (1999), a alienação pode ser considerada expressão de luta e resistência, tendo em vista que os trabalhadores também se manifestam e se rebelam perante as atividades estranhadas.

⁶ Diferentemente do desemprego causado em períodos de crise cíclica do capital, o desemprego estrutural é caracterizado pela expulsão dos indivíduos da cadeia produtiva sem possibilidade de reinserção futura no mercado de trabalho, ou como diz Pochmann (2001, p. 89), é um “[...] desajuste entre a mão de obra demandada pelo processo de acumulação do capital e a mão de obra disponível no mercado de trabalho”. Nesse cenário, “O desemprego deixa de ser acidental ou expressão da crise conjuntural e se define como estrutural, pois, ao contrário da forma clássica, não opera por inclusão de toda a sociedade no mercado de trabalho e de consumo, mas por exclusão” (NEVES, 2000, p. 172).

⁷ “A parte do capital, portanto, que se converte em meios de produção, isto é, em matéria-prima, materiais acessórios e meios de trabalho não muda a magnitude do seu valor no processo de produção. Chamo-a, por isso, parte constante do capital, ou simplesmente capital constante. A parte do capital convertida em força de trabalho, ao contrário, muda de valor no processo de produção. Reproduz o próprio equivalente e, além disso, proporciona um excedente, a mais-valia, que pode variar, ser maior ou menor. Esta parte do capital transforma-se continuamente de magnitude constante em magnitude variável. Por isso, chamo-a parte variável do capital, ou simplesmente capital variável” (MARX, 2006, p. 244).

⁸ Cabe mencionar que o sexismo é a combinação do preconceito com o poder, isto é, “[...] o portador de preconceito está, pois, investido de poder, ou seja, habilitado pela sociedade a tratar legitimamente as pessoas sobre quem recai o preconceito da maneira como este as retrata. [...] os preconceituosos – e este fenômeno não é individual, mas social – estão autorizados a discriminar categorias sociais, marginalizando-as do convívio social comum, só lhes permitindo uma integração subordinada, seja em certos grupos, seja na sociedade como um todo” (SAFFIOTI, 2004, p. 123). A linguagem e o discurso também são instrumentos que contribuem na fundação, constituição e sustentação dos preconceitos, porém ao mesmo tempo podem servir como mecanismos transformadores dessa realidade.

⁹ “Diferentemente do que com frequência se pensa, não foi uma mulher a formuladora do conceito de gênero. O primeiro estudioso a mencionar e a conceituar gênero foi Robert Stoller (1968). O conceito, todavia, não prosperou logo em seguida. Só a partir de 1975, com o famoso artigo de Gayle Rubin, mulher, frutificaram estudos de gênero, dando origem a uma ênfase pleonástica em seu caráter relacional e a uma nova postura adjetiva, ou seja, a perspectiva de gênero” (SAFFIOTI, 2004, p. 107-108).

¹⁰ “[...] o movimento feminista, com destaque para o norte-americano, nasceu sob o impulso da luta contra a escravidão de africanos e seus descendentes. [...] é praticamente impossível situar um marco preciso para o início do movimento feminista [...]” (GONÇALVES, 2006, p. 16). Alguns estudiosos do tema apontam que poderia situar como a primeira manifestação feminista a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, redigida em 1791 pela escritora Olympe de Gouges, condenada à guilhotina em 1793. Gouges reivindicava a participação e representação das mulheres como cidadãs (SCAVONE, 2008).

¹¹ Merece ser destacado um acontecimento histórico ocorrido no século XIX, retratado por Rago (1997), que foi a greve norte-americana dirigida por 129 mulheres operárias/tecelãs na luta pela redução da jornada de trabalho e contra as péssimas e desumanas condições de trabalho. Em resposta às atitudes das operárias, em 8 de março de 1857, a força policial, sob decisão da classe patronal, incendiou a Fábrica de Tecidos Cotton, levando à morte por asfixiamento destas operárias. Tal acontecimento explicita a forma de tratamento da questão social na época, ou seja, situações como esta eram tratadas pela força e repressão policial.